

# **A FORMAÇÃO DOCENTE NA DINÂMICA DE UM PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO**

Catarina Barbosa Torres Gomes<sup>1</sup>

Célia Maria Fernandes Nunes<sup>2</sup>

## **RESUMO**

Este artigo apresenta parte do resultado de uma pesquisa de mestrado em que foi analisado o Processo de Reestruturação das Licenciaturas da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), implementado após a publicação das Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica, fundamentadas pelas Resoluções CNE/CP n° 01, de 18 de fevereiro de 2002, e CNE/CP n° 02, de 19 de fevereiro de 2002. A presente discussão focaliza a perspectiva comparativa entre o quadro de disciplinas pedagógicas que era oferecido antes e depois da reforma dos cursos de licenciatura, reconhecendo-o como uma das principais modificações que culminaram na padronização das disciplinas pedagógicas oferecidas pelo Departamento de Educação desta Universidade para cursos de formação de professores.

**Palavras-chave:** formação de professores; licenciatura; reforma curricular.

## **1 ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES DO CAMPO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA NOSSA DISCUSSÃO**

No *campo*<sup>3</sup> da formação docente no Brasil é comum encontrarmos críticas sobre as contribuições e limites das políticas públicas para a formação docente, principalmente no que concerne às Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação do Professor do Ensino Básico e a outros marcos como a LDBEN 9394/96. Pode-

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

<sup>2</sup> Doutora em Educação. Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

<sup>3</sup> Campo está sendo utilizado com o mesmo sentido que em Bourdieu (1989 1983c), como um espaço social de lutas concorrenciais e relações de forças que se mantêm como dinâmica própria desse microcosmo social.

se afirmar que no período em que o processo de Reestruturação dos Cursos de Licenciatura da UFOP foi desenvolvido, houve uma efervescência dessas publicações que revelam esse campo como um espaço de tensões permanentes.

Enquanto alguns autores<sup>4</sup> explicam que a Resolução CNE/CP 01/2002 instituiu "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de graduação plena" e de acordo com o Parecer que a normatiza resultou de amplo debate com representantes de grande número de entidades ligadas à educação escolar (CNE/CP 09/2001, p. 2 e 3), há outros<sup>5</sup> que se preocupam com as controvérsias dessa legislação.

Para aqueles que consideram as contribuições, o referido Parecer aborda vários aspectos supostamente inovadores, sobretudo, quando reforça a necessidade de o professor investir em sua formação e em sua atuação didática a partir de diferentes metodologias e estratégias de ensino. Souza (2007), por exemplo, afirma que estímulo aos cursos de Licenciatura para se tornarem mais autônomos é um dos principais diferenciais dessa legislação pelo fato de poder investir mais na produção do próprio projeto pedagógico, desvinculado do Bacharelado. Outro ponto importante é a proposta de estruturação das disciplinas dos cursos de formação docente, orientada para o desenvolvimento do perfil de professor, visando um maior comprometimento com os alunos e a escola.

O autor destaca, ainda, que no Parecer CNE/CP 09/2001, há uma concepção de prática como componente dos tempos de formação curricular que deve se aproximar de uma "dimensão do conhecimento", contemplando várias facetas da formação docente. Tal formação deve se estender desde os momentos de reflexão em sala de aula, em que se discute a atividade profissional a partir dos pressupostos teóricos e como experiência de vida dos futuros docentes, até o estágio, que é detalhado pelo Parecer CNE/CP 28/2001.

É inegável que o referido Parecer reforça o papel das instituições que formam professores, sugerindo uma ampla revisão de toda a estrutura voltada para essa atividade. Entretanto, é preciso considerar também que existem fronteiras entre o que está definido

<sup>4</sup> Souza (2007), Weber (2002)

<sup>5</sup> Freitas (2002, 2003, 2007), Lopes (2004) Krahe (2004) Carvalho (2001)

no documento como orientação política para as universidades e o que acontece, de fato, no interior dessas instituições. Sobre essa necessidade de adaptação das IES, às legislações que foram publicadas subsequentemente à LDBEN, Ricci afirma que:

A transição entre o escopo da nova legislação, a formulação de um novo currículo e a prática concreta em sala de aula parece colocar a política de formação de professores ainda como uma questão a ser resolvida no interior das universidades. Muitas vezes, as soluções encontradas parecem continuar vinculadas ao engajamento pessoal, e não institucional, dos professores universitários envolvidos na questão. (RICCI, 2007, p. 172)

Tais apontamentos nos fazem lembrar que a legislação não é autoaplicável às mais diversas instituições que formam professores. Para a autora, as demandas geradas pelos dispositivos legais sobre a formação de professores exigem um grande comprometimento das instituições.

Nesse sentido, a reformulação do quadro de disciplinas pedagógicas oferecidas pelo Departamento de Educação aos cursos de Licenciatura da UFOP, a partir do processo de reestruturação das Licenciaturas, é uma das evidências de que as DCNs de 2002 contribuíram para que, na UFOP, houvesse mudanças positivas em seu quadro de Licenciaturas.

A realização de um processo, tal como o que ocorreu na UFOP, pode até não representar uma mudança muito profunda no próprio processo de formação docente, que demanda muitas outras modificações no próprio contexto, mas é um indicativo de que houve esforço para sair da inércia, de que houve interesse em, pelo menos, buscar a adequação necessária às orientações das DCNs de 2002, no que concerne a ampliar a carga horária de disciplinas pedagógicas nos cursos de Licenciatura.

Outra perspectiva que poderia contribuir para que o processo pudesse refletir investimentos contínuos, incluem alternativas, como aquelas consideradas por Marques e Diniz-Pereira (2002), que defendem os "fóruns das Licenciaturas" como espaços profícuos para se discutir a questão da formação docente nas universidades brasileiras, em função do potencial envolvimento da comunidade docente e discente em torno dessa temática.

Em consonância com esses autores, Freitas (2002, p.137) considera que os “fóruns das Licenciaturas” constituem-se em “espaços de discussão permanentes” e que, ao serem desenvolvidos nas universidades, contribuem para o aprofundamento do diálogo sobre a formação de professores. Segundo a autora, as instituições federais de ensino superior priorizaram a criação e a institucionalização desses espaços a partir da década de 1990. Contudo, é preciso que eles retomem sua força, para que a formação de professores esteja sempre no foco das discussões dentro das Universidades, abrindo espaço para que os futuros-docentes reflitam sobre essa formação.

Durante a realização desta pesquisa, analisou-se que na UFOP, esses fóruns aconteceram apenas nos anos de 1998 e 1999 e não tiveram continuidade devido às dificuldades para se conseguir, nas Licenciaturas, um consenso sobre a formação docente e em função da ausência de uma diretriz para os cursos de Licenciatura nortearem suas discussões. Atualmente, a UFOP realiza, no decorrer do ano, o Simpósio de Formação e Profissão Docente (SIMPOED), por iniciativa do Departamento de Educação, com o apoio da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) e com a participação de outros Departamentos e Instituições externas à Universidade. Entretanto, trata-se de um evento externo, enquanto os fóruns têm como característica essencial abarcar as discussões internas referentes à formação de professores da universidade, envolvendo sua comunidade docente e discente. Essa realidade demonstra que as novas inserções de disciplinas pedagógicas nas matrizes curriculares nos cursos de Licenciatura podem contribuir para a continuidade desses fóruns e de novas discussões sobre as Licenciaturas na Universidade.

O trabalho realizado no contexto da UFOP, com relação ao referido quadro de disciplinas pedagógicas que contribuiu para que os cursos de Licenciaturas se tornassem mais pedagógicos, supera a conclusão de Terrazan *et al.* (2008, p. 75) que em um estudo que analisa a organização e a articulação dos componentes curriculares de três diferentes cursos de Licenciatura<sup>6</sup>, concluem que “ainda há muitas limitações para a formação de uma identidade profissional que diferencia o professor da Educação Básica de um bacharel atuante

6 Esse trabalho utilizou os projetos político-pedagógicos dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas, em Física e em Química da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) para analisar se suas configurações curriculares favoreciam ou não a formação identitária do professor.

na área do conhecimento correspondente". Para esses autores, "um dos fatores limitantes da formação da identidade do licenciado é o número usualmente reduzido de disciplinas destinadas à formação pedagógica" (*Ibidem*, p. 84).

É nesse sentido que o processo de reestruturação das Licenciaturas da UFOP, tal como será discutido a seguir, contribuiu para que os cursos de Licenciaturas se tornassem mais identificados com a formação docente. O novo quadro de disciplinas pedagógicas reformulado pelo Departamento de Educação da UFOP representou a ampliação da formação docente nessa Instituição e, ao mesmo tempo, contribuiu para a implantação de uma linha política para a implementação de cursos dessa natureza.

## **2 O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DAS LICENCIATURAS DA UFOP EM LINHAS GERAIS**

O processo de reestruturação das Licenciaturas da UFOP teve como base as orientações contidas nas Resoluções CNE/CP n<sup>o</sup>01, de 18 de fevereiro de 2002, e CNE/CP n<sup>o</sup> 02, de 19 de fevereiro de 2002. No início, as instâncias mais envolvidas no referido processo foram a Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) e o Departamento de Educação (DEEDU) que realizaram em conjunto, as primeiras ações para atendimento das demandas da nova legislação, resultando na elaboração de um projeto para instauração da Subcâmara das Licenciaturas<sup>7</sup>. Esta instância, ligada à Câmara de Cursos de Graduação teve como objetivo reunir esses dois grupos, além dos representantes de cursos de Licenciatura, para dar início à programação e ao desenvolvimento do referido processo de reestruturação. No contexto da UFOP, de acordo com o representante da Pró-Reitoria de Graduação:

com a aprovação das DCNs, em 18 e 19 de fevereiro de 2002, imediatamente a Universidade começou a se mobilizar nesse sentido. Foi quando instalaram uma Câmara de Colegiado de Graduação e, no âmbito dessa Câmara de graduação, dada a importância da questão da formação de professores, criou-se uma

<sup>7</sup> A Subcâmara das Licenciaturas da UFOP foi criada a partir da Resolução CEPE 2.139, de 5 de julho de 2002.

“Subcâmara de Colegiado das Licenciaturas” que, além da representação de todos os colegiados de curso, tinha também a representação do Departamento de Educação (Entrevista realizada com o representante do Departamento de Educação na Subcâmara das Licenciaturas, em 15 de abril de 2008).

Os primeiros encontros da Subcâmara das Licenciaturas marcaram o processo de reconhecimento e legitimação dessa instância na Universidade. A Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) apresentou aos presidentes de colegiados de cursos de Licenciatura o panorama das políticas anunciadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica (DCNs). Os primeiros encontros consistiram na nomeação dos membros da Subcâmara das Licenciaturas e no início às discussões sobre a aplicação das orientações das DCNs aos currículos dos cursos de Licenciaturas da UFOP.

Naquele período, buscou-se diagnosticar qual era a carga horária dos cursos de Licenciatura da UFOP, visando adequação à nova carga horária de 2.800 horas, definida pelas atuais DCNs. Uma das preocupações centrais do representante da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) na Subcâmara das Licenciaturas foi colocar em discussão as mudanças necessárias aos cursos de formação docente da UFOP, tendo como base a DCNs. O Departamento de Educação decidiu pela reformulação do quadro de disciplinas pedagógicas, o que contribuiu diretamente para as reformulações das matrizes curriculares dos cursos de Licenciaturas.

A Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) assumiu a coordenação técnica do processo de reestruturação que, de acordo com as palavras do seu representante na Subcâmara das Licenciaturas, visava aplicar a Lei, isto é, organizar os grupos envolvidos na reforma para que fossem criadas as condições necessárias para que o processo de reestruturação das Licenciaturas se consolidasse na UFOP. De acordo com as palavras do pró-reitor adjunto:

Com respeito à questão mais formal, acho que a Pró-Reitoria de Graduação ofereceu a resposta necessária naquela conjuntura, ou seja, não caberia à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) definir conteúdos e projetos pedagógicos de cada curso, mas cuidar dessa dimensão

mais relacionada à obrigatoriedade legal (Entrevista realizada com o representante da Pró-Reitoria de Graduação na Subcâmara das Licenciaturas, em 08 de abril de 2008).

Esse mesmo entrevistado reforçou que a posição da UFOP tendia para a definição de uma diretriz padronizada para os cursos de Licenciatura, visto que, até aquele momento, não havia, nessa Instituição, um documento que apresentasse um formato uniformizado para os cursos de formação docente. Tais pontos foram abordados no segundo encontro da Subcâmara das Licenciaturas.

Apesar da UFOP ter iniciado o processo de reestruturação das Licenciaturas no ano de 2002, os membros da Subcâmara das Licenciaturas, respaldados pela própria legislação, decidiram aderir ao novo prazo estabelecido pelo CNE, de acordo com a nova redação do Artigo 15 da Resolução CP 1/2002 que determinava: “Os cursos de formação de professores para a educação básica que se encontrarem em funcionamento deverão se adaptar a esta Resolução até a data de 15 de outubro de 2005”.

A partir de então, os representantes dos departamentos que oferecem cursos de Licenciatura alegaram que precisavam aprofundar melhor o conhecimento sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores e decidiram pela suspensão temporária do processo de reestruturação das Licenciaturas, no âmbito da referida Subcâmara, favorecendo à intensificação das discussões internas em cada departamento que oferece cursos de Licenciatura na UFOP.

Nesse período de suspensão dos trabalhos na Subcâmara das Licenciaturas houve algumas ações pontuais, principalmente por parte da Pró-Reitoria de Graduação, com o objetivo de continuar divulgando, na UFOP, o conteúdo das DCNs de 2002 e a necessária adesão ao processo de reestruturação das Licenciaturas nessa Universidade. Os demais membros da Subcâmara das Licenciaturas continuaram se envolvendo com aspectos internos que implicavam na adequação de suas matrizes curriculares à legislação vigente. Nesse período de recesso da Subcâmara das Licenciaturas, professores do Departamento de Educação, desenvolveram uma pesquisa<sup>8</sup> que visou traçar o perfil da formação docente oferecida pela UFOP, definindo um quadro de

disciplinas para os cursos de Licenciatura com base nas orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais.

O principal foco da pesquisa realizada por Nunes e Carvalho (2005) era a discrepância entre os cursos de Licenciatura quanto à oferta de disciplinas pedagógicas, visando ao ajuste de um novo quadro para oferta dessas disciplinas. Para realizar seus estudos, as pesquisadoras contaram com depoimentos de professores desses cursos, interrogando sobre a concepção de formação docente. Por meio de análise documental, revisitaram a composição dos projetos dos cursos de Licenciatura e questionaram suas matrizes curriculares.

Com base nessa pesquisa, o Departamento de Educação (DEEDU), partiu para uma proposta de reformulação do quadro de disciplinas a ser oferecido aos cursos de formação de professores da UFOP. Esse novo quadro levou em consideração a demanda por carga horária pedagógica que as DCNs criaram para esses cursos.

Os trabalhos na Subcâmara das Licenciaturas foram retomados no final do ano de 2004, sendo que as principais decisões do processo de reestruturação das Licenciaturas na UFOP foram tomadas no final do ano de 2005 e início do ano de 2006. Dentre as ações que marcaram esta etapa, destaca-se a definição da "Diretriz Curricular Institucional para a Formação de Professores", principal foco de interesse da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). De acordo com o Pró-reitor adjunto, essa Diretriz representou um avanço para a Universidade e determinou a criação de novos cursos de Licenciaturas.

Além disso, uma das questões mais efervescentes, no ano de 2005 foi a proposta de um novo quadro de disciplinas do Departamento de Educação (DEEDU). Para se compreender esse novo quadro de disciplinas do Departamento de Educação, tornou-se necessário fazer uma análise comparativa, sobre a configuração desse quadro antes da reforma das Licenciaturas na UFOP e sua posterior definição.

Oferta de disciplinas do Departamento de Educação antes do processo de reestruturação das licenciaturas da UFOP

<sup>8</sup> A referida pesquisa, intitulada "*A Formação de Professores na UFOP: Analisando os Cursos de Licenciatura*", tinha como objetivo principal analisar os cursos de Licenciatura oferecidos pela UFOP, quanto aos aspectos legais. Recorreu-se aos estudos da LDBEN e das Diretrizes Curriculares Nacionais, publicadas em 2002, traçando-se um paralelo com os projetos pedagógicos dos cursos de Licenciatura para verificar como tem sido feita a adequação da UFOP aos parâmetros traçados por essa legislação. Nessa pesquisa, foram analisadas as matrizes curriculares dos cursos de Licenciatura oferecidos pela Universidade Federal de Ouro Preto, correlacionando a outras Instituições de Ensino Superior.

Quadro de oferta de disciplinas do DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO antes do processo de reestruturação das Licenciaturas da UFOP										
DISCIPLINAS	Carga horária	Matemática	História	Letras	Artes Cênicas	Música	Filosofia	Ciências Biológicas	Períodos do Curso	
Métodos e Técnicas de Pesquisa	30			4º	3º		8º	8º		
Fundamentos da Educação	60	2º						1º		
Introdução à Metodologia Científica A	30						3º			
Introdução à Metodologia Científica B	45						4º			
Psicologia da Educação I	45	6º	5º	4º	5º	5º	7º	5º		
Psicologia da Educação II	60	6º	6º	5º	6º	6º	8º	7º		
Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio <sup>9</sup>	60/30	8º	7º	6º	8º	8º	7º	6º		
Didática da Licenciatura	60			5º	5º	7º				
Prática de Ensino de Língua Portuguesa	75			6º						
Prática de Ensino de Língua Inglesa	60			7º						
Didática da História	60		6º							
Didática de Licenciatura de Língua Estrangeira	30			5º						
Estágio Supervisionado/ Prática do Ensino de História	30		8º							

Fonte: Arquivos da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFOP.

<sup>9</sup> Esta disciplina está registrada sob o código EDU 232, com carga horária de 60 horas-aulas, e para o curso de Matemática, sob o código EDU 421 com apenas 30 horas-aula.

No quadro de oferta de disciplinas do Departamento de Educação antes da referida reforma, nota-se a concentração das disciplinas pedagógicas a partir do quinto período dos cursos de Licenciatura, com nítida predominância para o sétimo e oitavo períodos. Essa constatação pode revelar certa persistência da tradicional fórmula "3 + 1" em que, nos cursos de formação docente, as disciplinas pedagógicas aparecem concentradas nos últimos anos. Mesmo nos casos em que há disciplinas pedagógicas nos primeiros períodos, estas aparecem desarticuladas das demais.

Fica também evidente que a oferta das disciplinas de prática de ensino e estágio supervisionado, além da Didática da História, Didática de Licenciatura em Língua Estrangeira, e Métodos e Técnicas de Ensino de História aos cursos de Licenciatura em História e Letras representam uma distorção em relação à linha de atuação que o Departamento de Educação adotou posteriormente em que estabeleceu um leque de disciplinas pedagógicas padronizadas para todos os cursos de Licenciatura.

Essa posição acabou levantando questões que foram enfrentadas durante o processo de reestruturação das Licenciaturas e que resultaram na transferência das disciplinas de prática de ensino e estágio supervisionado para seus respectivos cursos, pelo fato de o Departamento de Educação recusar a atender tais demandas, consideradas por esse Departamento como "vício operacional do sistema de ensino da UFOP".

Outra distorção refere-se às disciplinas de Introdução à Metodologia Científica A e B, especificamente ofertadas para o curso de Música, e a disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa oferecida para os demais cursos de Licenciatura.

Quanto às disciplinas de Didática da Licenciatura, Sociologia da Educação, Filosofia da Educação e Fundamentos da Educação, que são essencialmente voltadas para a formação pedagógica do professor, notou-se que estas foram menos privilegiadas nos cursos de Licenciatura, com exceção do curso de em Educação Matemática. Por outro lado, notou-se que as disciplinas Psicologia da Educação I e Psicologia da Educação II e Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio estiveram presentes em todos os cursos de formação de professores na UFOP.

A principal luta do Departamento de Educação, durante o processo de reestruturação das Licenciaturas, assentou-se na

reformulação do conjunto de disciplinas pedagógicas que eram oferecidas aos cursos de formação docente da UFOP. Essa reforma corresponderia, ao mesmo tempo, às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2002 e à superação das dificuldades que

Quadro de oferta de disciplinas do Departamento de Educação debatido e atualizado pelos colegiados até 30/03/2006										
DisciplinaS	Carga horária	Matemática	História	Letras	Artes Cênicas	Música	Filosofia	Ciências Biológicas	Períodos do Curso	
Fundamentos da Educação: Antropologia	30h/a	5º		6º	1º	1º	7º		1º	
Fundamentos da Educação: História	30h/a	1º	3º	3º	2º E	4º	4º			
Fundamentos da Educação: Filosofia	30h/a	3º		3º	3º					
Fundamentos da Educação: Sociologia	30h/a	2º	3º	7º	6º E	2º	3º		1º	
Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação	30h/a		6º	4º	7º E	3º	2º		7º	
Organização do Trabalho Escolar	30h/a	5º	4º	7º	5º		1º		5º	
Política e Gestão Educacional	30h/a	E	4º	6º	4º	5º	6º		4º	
Psicologia I	60h/a	4º	5º	4º	2º	6º	4º		2º	
Psicologia II	60h/a	E	6º	5º	3º	7º	5º		3º	
Tópicos Especiais em Educação	30 h/a		6º	8º	8º E	8º	7º		8º	

Fonte: Arquivos da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFOP.

se acumularam após o processo de expansão das Licenciaturas na UFOP, ocorrida após a publicação da LDEEN9394/96.

Sendo assim, o novo quadro de disciplinas pedagógicas do Departamento de Educação além de ter sintonizado o Departamento de Educação com as referidas Diretrizes, representou também uma oportunidade para que esse Departamento ampliasse sua participação dos cursos de Licenciatura, o que é fundamental para que as Licenciaturas se aproximassem mais do perfil de formação docente preconizado pela legislação.

Oferta de disciplinas do Departamento de Educação reformulado após o processo de reestruturação das licenciaturas da UFOP

De acordo com a representante do Departamento de Educação na Subcâmara das Licenciaturas, o novo quadro de oferta de disciplinas pedagógicas resultou de muitas discussões tanto nas assembleias do Departamento quanto na Subcâmara; nesta última juntamente com os representantes dos cursos de Licenciatura e da Pró-Reitoria de Graduação.

*Essas discussões voltavam para a assembleia e nessas, acordava-se sobre como ficaria a carga horária proposta. Havia o objetivo de se atender também a formação de cada professor do Departamento de Educação naquele momento. Por exemplo, uma demanda que sempre foi posta pelas Licenciaturas para o Departamento e que o Departamento não conseguiu atender foi a de Filosofia da Educação, por não ter um professor formado nessa área (Entrevista realizada com a representante do Departamento de Educação na Subcâmara das Licenciaturas, em 23 de abril de 2008).*

O novo quadro de disciplinas pedagógicas do Departamento de Educação, em comparação com o quadro anterior, apresenta, além de novas disciplinas e novas cargas horárias, a redistribuição dessas disciplinas ao longo dos períodos dos cursos de Licenciatura.

Observa-se que a disciplina Fundamentos da Educação, que tinha uma configuração mais genérica, desdobrou-se em quatro novas disciplinas de configuração mais específica, abrangendo História da Educação, Antropologia, Filosofia da Educação e Sociologia da Educação. A disciplina de Métodos e Técnicas da Pesquisa também sofreu alterações, recebendo uma denominação

mais característica para a Educação, permitindo que a disciplina Introdução à Metodologia Científica A e B que era oferecida para o curso de Licenciatura em Música fosse eliminada.

A disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio, que era oferecida com a carga horária de 60 horas-aula, desdobrou-se em Organização do Trabalho Escolar e Política e Gestão Educacional, agora ofertadas em períodos iniciais, com carga horária de 30 horas-aula cada. No quadro anterior, observa-se que essa disciplina era oferecida pelos cursos de Licenciatura entre o sexto e o oitavo período, o que foi considerado tardio, pelo Departamento de Educação, para a formação do professor, pois, os conteúdos dessas disciplinas estão voltados para a fundamentação legal e política da atuação do futuro professor.

A disciplina de Didática da Licenciatura foi eliminada, e em substituição, criou-se a disciplina de Tópicos Especiais em Educação com uma carga horária de 30 horas-aula, oferecida a todos os cursos de Licenciatura, exceto o curso de Educação Matemática.

Todas as disciplinas oferecidas pelo Departamento de Educação foram padronizadas quanto à carga horária, excetuando-se as disciplinas Psicologia I e Psicologia II que foram aumentadas em 15 horas/aula cada uma. Uma alusão à extensão da carga horária das disciplinas de Psicologia aparece no relato da reunião do dia 14 de novembro de 2005, do seguinte modo: "Manter o quadro de oferta de disciplinas proposto pelo Departamento de Educação com 120 horas de Psicologia".

As mudanças no quadro de disciplinas do Departamento de Educação possuem estreita relação com a conclusão das atividades na Subcâmara das Licenciaturas que se concentraram entre os meses de janeiro e março do ano de 2006. Nesse mesmo período, mais especificamente no mês de fevereiro de 2006, houve uma solicitação formal, feita pela Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), aos representantes do Departamento de Educação para que estes apresentassem o novo quadro de disciplinas pedagógicas que seriam oferecidas aos cursos de Licenciatura da UFOP. Após o cumprimento dessa solicitação, a Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) pediu aos departamentos que oferecem cursos de Licenciatura para que apresentassem suas propostas de adaptação às DCNs de 2002, contemplando o novo quadro de disciplinas do Departamento de Educação e também um planejamento para o Estágio Supervisionado

e as "Práticas", incluindo as horas de "Atividades Acadêmico-culturais". Os colegiados manifestaram-se no período de um mês, trazendo suas propostas de modificação, com exceção do curso de Filosofia, que em vez de apresentar sua proposta, solicitou mais informações sobre o processo de reformulação das Licenciaturas e o de Letras que estava em meio a conflitos internos que impossibilitaram o andamento da reforma desse curso.

Dentre as ações mais decisivas, no ano de 2006, para o processo de reforma, houve a aprovação pela Pró-Reitoria de Graduação, de uma diretriz interna fundamentada nas DCNs de 2002 com o objetivo orientar a estrutura curricular dos cursos de Licenciatura da UFOP. Essa intervenção proporcionou maior qualidade nos projetos de novos cursos de Licenciatura da UFOP em função de sua adequação aos critérios necessários para a formação docente. Contribuiu para tanto, o quadro de disciplinas pedagógicas ofertadas pelo Departamento de Educação, conforme consta no depoimento a seguir:

houve um salto de qualidade em todo o processo de discussão dentro da Subcâmara devido à definição de um cardápio de conteúdos comuns a serem trabalhados em todas as disciplinas da Licenciatura. Isso para mim foi um avanço significativo, considerando a história desta Universidade e do lugar de onde estou falando (Entrevista realizada com o representante da Pró-Reitoria de Graduação na Subcâmara das Licenciaturas, em 08 de abril de 2008).

Os documentos e depoimentos que subsidiaram esta pesquisa revelaram que a Subcâmara das Licenciaturas debateu amplamente o quadro de disciplinas reformulado pelo Departamento de Educação e a proposta de Diretriz Institucional para Cursos de Formação Docente da UFOP. A finalização do processo de reestruturação das Licenciaturas ocorreu diretamente nos colegiados dos departamentos que oferecem tais cursos, contando com a participação de representantes do Departamento de Educação e da Pró-Reitoria de Graduação, para que fossem estabelecidas as matrizes curriculares definitivas a serem ofertadas no segundo semestre de 2006.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação docente, embora seja uma das maiores áreas da educação, não é reconhecidamente uma formação privilegiada no contexto das universidades brasileiras, conforme se pode confirmar no campo das pesquisas sobre formação docente.

No contexto da UFOP, essa realidade foi diagnosticada em pesquisa coordenada por Nunes e Carvalho (2005) que examinaram os Projetos Pedagógicos dos cursos de Licenciatura da UFOP e concluíram que antes do processo aqui apresentado, cada curso vinha se adequando de acordo com seus contextos particulares. Essas pesquisadoras, afirmaram que os cursos que foram criados apenas com a habilitação em licenciatura tendiam a ter uma matriz curricular mais identificada com a docência e que ocorria o contrário com aqueles cursos que ofereciam conjuntamente o Bacharelado.

Conforme Diniz-Pereira e Marques (2002), há uma condição de menor *status* da Licenciatura na Universidade e tal condição deve-se pela baixa expectativa de renda dos alunos em relação à futura profissão e pelo declínio do *status* social da docência que contribui para que os cursos de Licenciatura, tanto em instituições públicas como privadas, vivam em constante crise. O menor *status* dessa formação é também objeto de análise dessa mesma pesquisa em que se analisou o processo de reestruturação das Licenciaturas da UFOP, porém, na perspectiva do reconhecimento que os professores desses cursos constroem sobre eles.

No entanto, direcionando o foco para o quadro de disciplinas pedagógicas que impactou positivamente as mudanças no processo de reestruturação das Licenciaturas da UFOP, pode-se afirmar que houve esforços para que a formação docente pudesse ser colocada em foco, tornando-se alvo de uma diretriz político-pedagógica bem definida no interior dessa Instituição.

Nesse sentido, a definição dessa política diretriz só foi possível, graças à padronização da oferta de disciplinas pedagógicas, oferecidas pelo Departamento de Educação. Essas disciplinas, ao serem oferecidas para todos os cursos de Licenciatura, em uma perspectiva contrária ao que ocorria anteriormente, representam para o licenciando a possibilidade de se obtenção de maior identidade quanto à formação docente, pois, independente da

área da Licenciatura, todos os alunos participam de uma formação que é específica para o futuro professor. Mesmo que nem todos os cursos de Licenciatura tenham aderido a essa padronização do referido quadro, deixando de oferecer uma ou no máximo duas dessas disciplinas, houve importantes mudanças que deixaram claro para o aluno que, a formação docente é o objeto central de sua inserção naquele curso. Essa é uma condição importante para que o aluno reconheça, desde o início de sua formação, os traços de sua profissionalização, possibilitando processos de identificação ou de (des)identificação com a profissão.

Ademais, é preciso reconhecer que os esforços direcionados para uma formação docente mais identificada com os interesses pedagógicos, podem, além de orientar a criação de novos cursos dentro de uma mesma política curricular, possibilitar a criação de projetos e programas voltados para a interação entre as Licenciaturas e entre outros espaços de ação, como as escolas e comunidades, ou mesmo dentro da própria universidade.

### **ABSTRACT**

This article presents the results of a research project that was discussed in the teachers education reform at Federal University of Ouro Preto (UFOP), developed after the publication of "Curriculum Guidelines for Teacher Education in Brazil" based upon a brazilian law approved on the 18<sup>th</sup> of February, 2002. The discussion focalize the comparison between the pedagogical courses framework that were offered before and after the reform in teacher education programs. This was one of the main changes in the teacher's education courses.

**Key words:** curricular reform; teacher education; teaching diploma courses

### **REFERÊNCIAS**

CARVALHO. J. S. O Discurso Pedagógico das Diretrizes Curriculares Nacionais: Competência Crítica e Interdisciplinaridade. *Cadernos de Pesquisa*. n. 112, mar., 2001 p. 155-165.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. *Resolução CNE/CP N°01* de 18 de fevereiro de 2002. Instituiu Diretrizes Curriculares

## A formação docente ... - Catarina B. T. Gomes e Célia M<sup>a</sup>. F. Nunes

Nacionais para a Formação de Professores de Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. *Resolução CNE/CP Nº01* de 19 de fevereiro de 2002. Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. *Parecer CNE/CP Nº09* de 09 de maio de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. *Resolução CNE/CP Nº28/2001*, de 09 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001 e estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores de Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

DIAS-DA-SILVA M. H. G. F. Políticas de formação de professores no Brasil: as ciladas da reestruturação das licenciaturas. *Perspectiva*, v.23, n.02, p.381-406, jul./dez. 2005.

DIAS-DA-SILVA M. H. G. F. et. al. A reestruturação das licenciaturas: alguns princípios, propostas e (pré) condições institucionais. *Revista Diálogo Educacional*, Paraná, v.8, n.23, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://www2.pucpr.br>

DIAS, R. e LOPES, A. C. Competências na formação de professores no Brasil: o que (não) há de novo. *Educação & Sociedade*. Campinas, CEDES vol.24, n.85, 2003, p.1155-1177. ISSN 0101-7330.

DINIZ-PEREIRA, J. E. As licenciaturas e as novas políticas educacionais para a formação docente. *Educação & Sociedade*. Dez. 1999, vol.20, n.68, p.109-125.

FREITAS, H. C. L. Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação. *Educação & Sociedade*, set. 2002, vol. 23, n. 80, p.136-167.

FREITAS, H. C. L. Certificação docente e formação do educador: regulação e desprofissionalização. *Educação & Sociedade*, Dez. 2003, vol.24, n.85, p.1095-1124

FREITAS, H. C. L. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. *Educação & Sociedade*, outubro 2007, vol. 28, n.100, p.1203-1230.

KRAHE, 2004. Licenciaturas e suas modificações curriculares: as

## A formação docente ... - Catarina B. T. Gomes e Célia M<sup>a</sup>. F. Nunes

determinações legais do MEC-BR e os currículos da UFRGS. *Revista do Centro de Educação Universidade Federal de Santa Maria*, v. 29, n. 02, 2004.

LOPES A. C. Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos? *Revista Brasileira de Educação*. n. 26, 2004 p. 109-118.

MARQUES, C. A.; DINIZ-PEREIRA, J. E. Fóruns das licenciaturas em universidades brasileiras: Construindo alternativas para a formação inicial de professores. *Educação & Sociedade*. Abr. 2002, vol. 23, n. 78, p.117-142.

NUNES, C. M. F. et al. *Análise dos cursos de Licenciatura na UFOP: As etapas de uma pesquisa*. In: XII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 2004, Curitiba. XII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 2004.

NUNES, C.M.F. e CARVALHO, R. A. *A Formação de Professores na UFOP: Analisando os cursos de Licenciatura*. In: XII Seminário de Iniciação Científica, 2005, Ouro Preto.

NUNES, C.M.F. e CARVALHO, R. A. Discutindo a formação de professores à luz das políticas e orientações curriculares recentes. In: FIGUEIREDO. A. M<sup>a</sup>. (Org.). *Professor, Profissão em 3 tempos: Gênero, Saúde e Saber Docente*. Ouro Preto: Editora da UFOP, pp. 87-109, 2006.

RICCI, C. S. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a formação de professores In: SOUZA, J. W. A. (org.) *Formação de Professores para a Educação Básica; Dez anos da LDB*. Belo Horizonte. Autêntica, 2007, 287 p.

SOUZA, J. V. A. Licenciaturas na UFMG: desafios, possibilidades e limites. In: SOUZA, J. W. A. (org.) *Formação de Professores para a Educação Básica; Dez anos da LDB*. Belo Horizonte. Autêntica, 2007: 287p.

TERRAZZAN. E. A. et.al. Configurações curriculares em cursos de licenciatura e formação identitária de professores. *Revista Diálogo Educacional*, Paraná, v. 8, n. 23, jan./ abr. 2008. Disponível em [www2.pucpr/](http://www2.pucpr/)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) Resolução CEPE N<sup>o</sup> 2139. Institui a Subcâmara de Licenciaturas no âmbito da Câmara de Colegiados de Graduação Ouro Preto, em 05 de julho de 2002.

WEBER, Silke. Profissionalização docente e políticas públicas no Brasil. *Educação. Sociedade*, dez 2003, vol. 24, n. 85, p. 1125-1154.

Recebido em março de 2010

Publicado em agosto de 2010